



O IMPACTO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NA SAÚDE MENTAL FEMININA: PERSPECTIVAS DE EMPODERAMENTO, RECUPERAÇÃO E PREVENÇÃO

JULIA BATISTA DE OLIVEIRA

Graduanda em Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos,
campus Bom Jesus do Itabapoana - RJ
E-mail: juhboliveira.jb@gmail.com

JOÃO MARCOS DE OLIVEIRA FILHO

Docente em Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos, campus
Bom Jesus do Itabapoana - RJ
E-mail: jmof200706@hotmail.com

Resumo

A violência obstétrica é definida como uma forma de violência institucional que ocorre ao longo do atendimento à gestante, parturiente ou puérpera, caracterizada por práticas desrespeitosas, abusivas ou negligentes, que desconsideram a autonomia, dignidade e direitos das mulheres no período gravídico-puerperal. Essa modalidade de violência se manifesta através de agressões físicas, verbais e psicológicas, como falta de acolhimento, procedimentos realizados sem consentimento, desrespeito à privacidade e individualidade, intervenções desnecessárias ou invasivas, aceleração do trabalho de parto, ausência de analgesia e omissão de informações. Ademais, esse fenômeno se encontra enraizado em uma cultura que prioriza a conveniência profissional em detrimento da autonomia feminina, gerando consequências que transcendem o momento do parto e impactam diretamente na saúde mental das mulheres, como sentimentos de impotência, traumas, ansiedade, depressão e, em casos graves, transtorno de estresse pós-traumático. O objetivo desta síntese é discutir o impacto da violência obstétrica na saúde mental feminina e analisar estratégias de empoderamento, recuperação e prevenção que possam ser implementadas no contexto assistencial. Para tal finalidade, realizou-se uma pesquisa documental bibliográfica de cunho qualitativo e explicativo, embasada em estudos de bases de dados como PubMed e Scielo, a partir de 2017, empregando os descritores “violência obstétrica”, “saúde mental feminina” e “empoderamento”, sendo selecionados os trabalhos que abordassem a relação entre violência obstétrica e saúde mental, bem como propostas de prevenção. Os resultados destacam que a prevalência da violência obstétrica no Brasil está fortemente associada a um modelo assistencial medicalizado e centrado no profissional de saúde, que desconsidera a individualidade e os desejos da mulher durante o parto. Segundo o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, os partos hospitalares representam 98,08% dos partos realizados no país, com uma taxa alarmante de cesarianas, que chega a 56% na população geral, variando entre 40% no sistema público e 85% no privado, muito acima da recomendação da Organização Mundial da Saúde, que sugere que essa taxa deveria estar entre 10 e 15% para garantir melhores desfechos na saúde materno-fetal. Por outro lado, a promoção de estratégias de empoderamento tem se mostrado eficaz na mitigação desses impactos, pois iniciativas como programas de educação em saúde, fortalecimento da autonomia feminina, escuta ativa durante o atendimento e grupos de apoio fornecem ferramentas fundamentais para a reconstrução da autoestima e a



superação de traumas. Portanto, torna-se evidente que a implementação de políticas públicas que priorizem a humanização do parto são cruciais para a prevenção da violência obstétrica. Medidas como a formação contínua e a sensibilização dos profissionais de saúde, juntamente com campanhas educativas que esclareçam os direitos das mulheres, são fundamentais para criar um ambiente de parto que respeite a dignidade e o protagonismo feminino. A violência obstétrica é um problema que demanda a integração de ações educativas, preventivas e de apoio psicológico, garantindo que o parto seja uma experiência segura, digna e empoderadora. Somente através de uma assistência obstétrica centrada na mulher, que reconheça e valorize seu papel, será possível promover uma mudança efetiva na saúde materna, priorizando o bem-estar físico e mental das mulheres.

Palavras-chave: Violência obstétrica; Empoderamento feminino; Saúde mental.